

## **Campesinato, Território e Luta de Classes: o uso comum da terra como prática territorial subversiva**

Gustavo Felipe Olesko<sup>1</sup>

### **Resumo**

No presente trabalho analiso o uso comum da terra como prática classista camponesa que tem como consequência final a fuga da sujeição da renda da terra por parte do campesinato. Discorro que o avanço capitalista nas áreas de uso comum da terra é o instrumento que o modo de produção encontra para acumular e produzir capital, uma vez que ali este encontra relações não capitalistas de produção. Ao longo deste trabalho realizo o exercício de apresentar e discutir a luta de classes como indissociável e geradora das classes. Retrato o campesinato como uma classe e não um resquício do passado como certas correntes marxistas elencam. Reitero também o campesinato como um modo de vida. Discuto também a questão da acumulação originária, postulando que ela não é uma fase do modo de produção, mas sim um processo perene e necessário para o mesmo se (re)produzir. Faço isto tudo com base na materialidade vista, estudada, analisada, uma vez que realizei trabalhos de Campo em comunidades camponesas na Província de Córdoba (Argentina) e Paraná e Santa Catarina (Brasil).

**Palavras-chave:** Campesinato, Luta de Classes, Território, Uso Comum da Terra, Questão Agrária

### **Introdução: Times New Roman, tamanho 12, negrito, espaçamento 1.5**

A Questão Agrária ainda é central nas lutas camponesas. A luta pelo acesso a terra e/ou a luta pela manutenção do território são recorrentes ao longo do mundo, assim como a exploração e sujeição do trabalho e da renda camponesa. Amin (2012, p.12) apresenta que a Questão Agrária se atualiza, mas segue sendo filha do desenvolvimento desigual do capitalismo. Acrescenta ainda o autor que tal Questão não pode ser resolvida, uma vez que existe uma contradição que é inerente ao Modo de Produção Capitalista: num dado momento, mais assalariados e menos camponeses, num segundo momento menos assalariados e ainda menos camponeses. Porém, com isso se mataria o meio de se produzir capital. É a contradição em seu estado originário. Num mundo em que o conflito é inevitável, o modo de produção capitalista exacerba suas contradições nestas quase duas décadas de século XXI. O avanço do capital sobre o campo se dá de modo ainda brutal e violento, amparado e apoiado pelo Estado, sob as máscaras do progresso e do desenvolvimento. Como Oliveira (2006) traz, a barbárie

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP), membro do Laboratório Agrária (DGEO/ FFLCH/USP). [gustavo.olesko@gmail.com](mailto:gustavo.olesko@gmail.com)

contra os camponeses se intensifica, especialmente contra os posseiros e ou pequenos proprietários.

A proposta aqui é analisar como uma porção do campesinato que tem em sua prática de organização, gestão e uso da terra em comum acabam por realizar uma prática territorial subversiva. Este uso comum vai contra o que versa o modo de produção capitalista como modelo de uso da terra ideal: a terra como mercadoria, a terra como meio de produção somente para a extração de renda.

Destaco que elenco que a questão central na exploração e sujeição do campesinato é o roubo de sua renda da terra por parte de seus antagonistas, sejam eles capitalistas, grandes proprietários de terra ou o Estado, como Etges (1989) já mostrou. Corroboro também com Tavares dos Santos (1978) que uma questão também vital é a sujeição do trabalho camponês a estes mesmos antagonistas. Faço tal alerta uma vez que por muito tempo se atacou como central na Questão Agrária somente a propriedade privada. Neste ponto vou ao encontro do que Oliveira (2007) destaca: a propriedade privada camponesa da terra entende a terra como local de **trabalho** e de **vida**, já a propriedade privada capitalista entende a terra somente como local de extração de renda ou como reserva de valor. Grespan (2011) ao tratar do livro III do Capital de Marx versa sobre isto de maneira igualmente incisiva, mostrando como a propriedade privada capitalista é, para Marx, algo a ser combatido uma vez que ocorra nela a cisão entre produtor e dono dos meios de produção. Ou seja, capitalista e trabalhador assalariado. Isto não ocorre na propriedade camponesa. Isso se faz presente no próprio Marx, em seu segundo rascunho de carta para a *narodnik* russa Vera Zasluch:

La propiedad privada, como antítesis de la propiedad social y colectiva, existe solo donde... las condiciones externas de trabajo pertenecen a individuos privados. Pero según esos individuos privados sean trabajadores o no trabajadores, la propiedad privada tiene un carácter diferente (MARX, 1990, p. p. 131)

Portanto, não sendo a propriedade privada camponesa um entrave, um problema, como é possível compreende-la? Em suma, a propriedade camponesa está ancorada na família e no trabalho familiar. O campesinato compreende a terra como local de trabalho e reprodução de vida. Logo, a terra não é uma mercadoria. Este é o elemento central. O trabalho na terra, já mostrou Meillassoux (1973) não é somente agrícola, ele também é diverso, indo do assalariamento ocasional, passando pelo artesanato e chegando até o trabalho doméstico, este predominantemente feminino assim como o trabalho agrícola para o consumo familiar.

Tendo isso em mente, que a propriedade privada camponesa não é um problema, parto para os pontos os quais vou discutir neste trabalho. O primeiro deles, que será discutido aqui na introdução, é o do entendimento do campesinato como classe e como modo de vida. O segundo que toma forma em um subitem é a apresentação da luta de classes. Parto da compreensão de Luta de Classes por Edward Thompson e seu marxismo crítico e não pelo viés de Nico Poulantzas e seu marxismo althusseriano. Tal fato tem consequências grandes para a compreensão de luta de classes e as apresento no subitem específico. No terceiro ponto irei trabalhar com o uso comum e a acumulação originária de capital. Destaco que ao longo de todo meu trabalho a materialidade concreta se fará presente a partir de duas realidades camponesas as quais pesquiso: o campesinato sul brasileiro que tem no uso comum uma de suas marcas de vida e território e o campesinato cordobês argentino, que tem a mesma marca em sua cultura e prática territorial.

O que une estes sujeitos são a classe e o modo de vida. Thompson (2012) mostra que a classe social se forja na luta e não o contrário. A classe não é um modelo, uma entidade, algo estático, mas sim um fluído que se (trans)forma ao longo do **tempo** e do **espaço**.

A luta camponesa é constante, pela manutenção de seus territórios e sua cultura, seu modo de vida, contra as forças do capital. Moura (1986) cita que o campesinato é sempre um grupo social subordinado e explorado, “A história de toda a sociedade até aqui é a história de lutas de classes” já enumeraram Marx e Engels (2005) no Manifesto Comunista. Portanto, a conformação da classe sempre se fez pela luta, pelo enfrentamento de explorador e explorado. Contudo, além disto o campesinato constrói seu mundo a partir da relação dialética entre o interno e o externo a seu mundo. Enxergo isto nas comunidades camponesas brasileiras como as *Faxinalenses* do Estado do Paraná, as *Caívas* no Estado de Santa Catarina e as *Comuneras* na Província de Córdoba na Argentina. Cito isto para poder apresentar o que Shanin (1983, p. 291) escreve sobre o campesinato enquanto classe e modo de vida:

El dualismo fundamental de la posición de los campesinos en la sociedad se deriva de su condición de clase social, por na parte (una clase poco poderosa y dominada, por lo general, por los demás) y de “un mundo diferente” por la otra – una <<sociedad en sí misma>> de gran autosuficiencia, llevando consigo los elementos de un modelo separado, diferenciado y cerrado, de relaciones sociales –.

Este dualismo fundamental do qual fala Shanin é justamente o fato de o campesinato ser uma classe e um modo de vida. Ainda que tenha sua construção territorial, social, cultural ancorada na comunidade, tal construção é, também, ancorada no mundo como um todo.

Porém, apesar de uma base comunitária ser importantíssima para o campesinato é na família<sup>2</sup>, logo, a propriedade privada camponesa é entendida como uma unidade doméstica familiar. Tal unidade é também uma unidade de produção, de consumo, de posse, de socialização, de sociabilidade, de apoio moral e de ajuda mútua (SHANIN, 1983, p.55).

Outro autor, Mintz (1973, p 91) concorda com Shanin. O campesinato é uma classe e um modo de vida, é portanto um processo. Esta concepção de **processo** é cara ao nosso entendimento de classe social. Cito anteriormente que corroboro com a construção de Thompson para o conceito de Luta de Classes em detrimento ao de Poulantzas. Faço isso pois compreendo a Classe como um processo, algo em constante modificação, um processo que não é homogêneo ao longo do mundo. Mintz (1973) faz o mesmo, para ele entender o campesinato como uma classe significada entender tais sujeitos como um processo, evitando assim torna-los estáticos.

Ainda em Mintz, alguns aspectos são importantes para a definição do campesinato, aspectos esses que vem a somar com que trago a partir de Shanin (1983). Em primeiro lugar é a composição interna e diversa do campesinato. Apresento o exemplo de que o campesinato brasileiro não teve a mesma história do campesinato alemão, não constrói um mesmo território ou ainda não possui uma mesma cultura, porém, ainda assim, são todos camponeses. Segundo ponto é ter em mente como se dá a relação entre camponeses e outros grupos não camponeses. Tal relação é, majoritariamente, de subordinação do campesinato. Terceiro ponto, alerta Mintz, é o cuidado com o uso do termo **tradicional**, uma vez que o mesmo remete a algo estático. E por fim a importância do próprio termo camponês. Martins (1981) mesmo já versava sobre isto, elencando que tanto o termo *paysan* (francês, o qual dá origem ao inglês peasant), *campesino* (espanhol, que dá origem ao português camponês), onde ambos estão ligados de alguma maneira ao material, no caso a paisagem ou ao campo.

Chego então ao enlace de que o campesinato é uma classe e um modo de vida. Alguns podem fazer a crítica de que isto é totalizante. Como defesa de meu ponto, elenco que o entendimento das classes, assim como do modo de produção capitalista, deve ser unificador e não homogeneizador. Como Mintz (1973, 94) já tratava a quase cinquenta anos, é óbvio que a composição de classe dos camponeses varia no espaço e no tempo. Existem diferentes grupos

---

<sup>2</sup> Shanin (1983, p. 55) mostra as diversas concepções acadêmicas de família no que toca os estudos camponeses. Vou ao encontro do autor russo ao entender que a família é constituída por aqueles que comem da mesma panela, independente de morarem sob o mesmo teto.

étnicos, em diferentes sociedades, Estados, etc, mas não é necessária uma nova nomenclatura. Ou seja, a identidade étnica, cultural, territorial, etc não anula a condição de classe!

A diversidade de campeonatos existente em cada formação territorial resulta de processos históricos complexos, a partir dos quais cada grupo local determina sua própria maneira de se relacionar com a terra e a natureza, conformando tradições distintas, o que, por sua vez, está intimamente vinculado às relações estabelecidas entre o grupo e as várias formas de capital e seus respectivos mercados, organizados em escalas diferenciadas. (MARQUES, 2008, p. 70)

Outros autores discorrem sobre essa afirmação. O camponês é uma pluralidade, cita Bartra (2011, p.67). Almeida (2006, p 84) apresenta que os camponeses não são uma classe pura do modo de produção capitalista, são eles proprietários de terra e trabalhadores. Fato importante é que não se deseja a terra como um meio de produção, mas sim como território de autogestão. Novamente Bartra (2011, p. XIV) afirma que o campesinato não é uma “ex-classe”, e que não se pode cair na dualidade burguesia – proletariado. O camponês é um modo de vida e uma classe polifônica, com as mais diversas cores, etnias, tradições, saberes e conflitos. Isto vai ao encontro do que cito anteriormente, ao tratar de que as identidades não apagam ou inviabilizam a questão de classe e, conseqüentemente, a luta de classes.

Compreendo ser essencial tal compreensão do campesinato enquanto classe social e enquanto modo de vida. Shanin (1970, p.21) já escrevia que o campesinato é a classe social mais oprimida, especialmente com o peso do mundo capitalista em suas costas. Tal afirmação é ainda mais precisa nos dias de hoje. Com a financeirização do capitalismo e suas crises estruturais cada vez mais graves, com a de 2008 que ainda reverbera com força, o peso da produção de capital recai ainda mais pesadamente no campesinato. A necessidade de uma ancoragem no material para que a reprodução do capital fictício financeiro se faça se dá de maneira mais bruta.

Este peso todo que o modo de produção capitalista coloca nas costas das classes oprimidas não é passivamente aceito. A luta de classes está presente no cotidiano da humanidade. Por isso destaco esse entendimento do campesinato enquanto classe, classe essa que não é, de modo algum, resquício do feudalismo como certa vertente do marxismo argumenta. Ela é na realidade a galinha dos ovos de ouro do modo de produção capitalista.

Na pesquisa que realizo olho os camponeses e suas práticas de uso comum da terra como uma maneira de escaparem da sujeição de sua renda da terra e como um ato de resistência. Resistência uma vez que com o uso comum conseguem manter certa autonomia e

conseguem também melhores rendimentos, uma vez que parte maior de sua renda não lhes é roubada. Com isso aponto para a centralidade da luta de classes e da acumulação originária como elementos centrais da Questão Agrária.

### **Luta de Classes: campesinato a lutar, resistir, pelear**

A minha compreensão já apresentada é de que o campesinato se constitui um modo de vida particular, mas também uma classe. Minha análise classista está baseada em Edward P. Thompson e seus trabalhos, mesmos trabalhos os quais são fonte teórica para os pensadores da Questão Agrária na qual esta fundada minha tese: Teodor Shanin e a corrente de marxistas da primeira e segunda geração do periódico *The Journal of Peasants Studies*, onde incluo Hamza Alavi, Sidney Mintz, Maurice Godelier, Eric Wolf, Kostas Vergopoulos e também Buguslaw Galeski; além disso, no caso brasileiro, com a corrente da Questão Agrária nascida na Universidade de São Paulo que tem em José de Souza Martins seu maior expoente e que constrói intelectuais marxistas críticos como Ariovaldo U. de Oliveira, Marta Inez Medeiros Marques, Larissa Bombardi e Valéria de Marcos, mas também pensadores que circulam na mesma onda paradigmática como Carlos Walter Porto-Gonçalves, e os mais antigos Manuel Seabra, Léa Goldstein e Rosa Ester Rossini. Creio ser vital esta apresentação destes intelectuais críticos para se ter noção da base teórica que norteia este artigo. Não se escreve a partir de um ideal, mas sim do real, e é isso que tais pesquisadores fazem ou fizeram em suas carreiras.

Parto então do que Thompson (2012, p. 107) elabora: que as classes não são categorias abstratas, ideias, platônicas, mas sim como construções humanas temporais, espaciais, culturais, econômicas e sociais, as quais se definem a partir da relação dialética entre os interesses inerentes àqueles que forjam a classe e àqueles antagonistas, ou seja, a outra classe. Dito isto, reforço outro ponto também levantado pelo autor inglês (2012, p. 140-141), temos de compreender que as classes não podem ser antropomórficas. As classes não tem vontade, não tem qualidades pessoais. Elas não são imutáveis. As classes são construções sociais.

... uma vez que a classe não é esta ou aquela parte da máquina, mas a maneira pela qual a máquina trabalha, uma vez colada em movimento; não este ou aquele interesse, mas a fricção de interesses – o próprio movimento, o calor, o ruído estrondoso. Classe é uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só

pode ser feita através do tempo, isto é, ação e reação, mudança e conflito. Quando falamos de uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando as mesmas categorias de interesses, experiências sociais, tradição e sistema de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento (2012, p. 169).

A classe não é uma coisa, não é algo, ela é um acontecimento. Ela é um modo de agir, ela é o movimento de pessoas em torno de um interesse comum. Elemento vital nesta compreensão é esta fluidez da classe. Ela retira todo o peso que o marxismo ortodoxo colocou na classe, trabalhando com esta como uma engrenagem da máquina, como um bloco moldado na luta. Não, a classe é um movimento, um matiz heterogêneo, porém unificado em torno de elementos que unem as pessoas que constroem a classe. Assim sendo, no caso dos camponeses que busco aqui analisar, há em sua construção classista uma diversidade étnica, econômica, social e identitária muito grande. Pois “reduzir classe a uma identidade é esquecer exatamente onde repousa a agência, não na classe, mas nos homens”(THOMPSON, 2012, p. 171).

A classe camponesa é, como trouxe com Bartra (2011) um movimento polifônico. Cada conjunção territorial – que entendo abranger cultura, tempo, economia, espaço, lugar, paisagens – constrói um campesinato, campesinato este que não é estático e que é **inseparável** da luta de classes. Classes não existem como entidades separadas, que buscam ao seu redor outra classe para o confronto. Mas o contrário. É a luta de classes que forja as classes. (THOMPSON, 2012, 274). No caso que estudo, os camponeses argentinos e brasileiros constroem sua classe e sua consciência de classe frente aos ataques que sofrem dos proprietários fundiários (nas figuras do agronegócio, do latifúndio improdutivo rentista) e do capitalista (em sua face estatal, em suas transnacionais monocultoras, seus megamineradoras, etc). As camponesas e camponeses não estão conformados em uma classe, com consciência de si de modo espontâneo, como uma coluna de tanques de guerra aguardando o conflito. Mas ao contrário. A classe camponesa nestes casos se forjou – utilizo o termo forjou por remeter ao conflito, embate, luta, guerra – através dos ataques sofridos ao seu talvez último bastião de resistência de seu modo de vida: o uso comum da terra. Portanto:

Classe, na tradição marxista, é (ou deve ser) uma categoria histórica descritiva de pessoas numa relação no decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes de suas relações, como se separam, se unem, entram em conflito, tornam instituições e transmitem valores de modo classista. Nesse sentido, classe é uma formação tão “econômica” quanto “cultural”, é impossível favorecer um aspecto em

detrimento do outro, atribuindo-se uma prioridade teórica. Disso decorre que a determinação “em última instância” pode abrir seu caminho igualmente tanto por formas culturais como por econômicas. O que muda, assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam, é a experiência de homens e mulheres existentes. E essa experiência adquire feições classistas, na vida social e na consciência, no consumo, na resistência e nas escolhas de homens e mulheres (THOMPSON, 2012, p. 260-261)

Em relação ao trecho acima citado, acrescento que classe é uma categoria não só descritiva ao longo do tempo mas também do espaço. É uma relação além de temporal e cultural, também territorial, no sentido de o território ser a expressão, ser a projeção de relações sociais no espaço. O território é então produto da luta de classes. O território dos camponeses argentinos e brasileiros que tem no uso comum da terra uma característica central de seu modo de vida é cunhado de maneira totalmente distinta de um território construído por um latifundiário rentista. A classe então “se delinea segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do ‘conjunto de suas relações sociais’” (THOMPSON, 2012, p. 277).

Nos trabalhos de campo que já realizei pude observar e analisar como a trama classista camponesa é elaborada a partir da luta de classes. A luta contra seus antagonistas fez com que no sul do Brasil diversos grupos camponeses se unissem em torno de movimentos sociais diversos, no caso do uso comum da terra, a maioria desses grupos se uniu para forjar a Articulação Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais (AP) já no fim da primeira década do século XXI. Este movimento social tem como bandeira a defesa dos territórios dos Povos e Comunidades Tradicionais dos Estados de Paraná e Santa Catarina. Já analisei a luta dos camponeses faxinalenses em diversos trabalhos, porém cito que foram os seus antagonistas e conflitos que os fizeram se constituir enquanto classe e terem tomada de consciência de classe (OLESKO, 2013). Ou seja, como Thompson (1979, p. 37) mostra, classe é inseparável da noção de luta de classes. Apesar de se reconhecerem como *povos* ou *comunidades* tradicionais, a partir da minha análise vejo a construção desse movimento como a tomada de consciência de classe.

Na Argentina movimento contrário ocorreu. Dominguez (2012, p. 141) apresenta que ocorreu um retorno da categoria camponês tanta na academia quanto nos sujeitos do campo. Ocorreu uma (re)constituição dos modos de vida campesinos. Cita Dominguez que Santiago del Estero, província argentina com grande número de camponeses e indígenas. Lá se forja o Movimento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE), que nasce em torno da questão



camponesa e depois passa a aglutinar também os interesses indígenas. A partir dele surgem outros movimentos que também se autointitulam *campesinos* como o Movimiento Nacional Campesino Indígena (MCNI), Frente Nacional Campesino (FNC), Asamblea Campesina del Norte, Movimiento Campesino de Liberación (MCL) entre outros. O autor apresenta esse novo caráter do campo argentino:

Actualmente es posible traer estas cuestiones pues vivimos un proceso de activación política de la identidad campesina. A lo largo de todo el país emergen de forma creciente y visible organizaciones (locales, regionales, y nacionales) que se autodefinen como parte del campesinado<sup>5</sup>, en tanto locus de enunciación de un modelo agrario antagónico al que desenvuelve el agronegocio. En estas condiciones observamos en diferentes espacios rurales del país la elaboración de una perspectiva campesina para resolver los desafíos de los cambios en el sistema agrario y en las formas de control y apropiación de los bienes naturales. (p. 137)

O que trouxe anteriormente de que luta e luta de classes são indissociáveis e que a luta é que forja a classe é apresentado por Barbeta, Dominguez e Sabatino (2012, p.1) quando estes dizem que com o crescimento no conflito no campo platino, cresceu o ativismo camponês naquele país. Esse processo de acirramento da luta de classes não ocorre somente no Brasil ou na Argentina. Wharen e Guerreiro (2014, p. 298) citam que toda a América Latina sofre com o avanço desenfreado do agronegócio. Oliveira (2006; 2016) já citava sobre isso ao tratar da mundialização do capital. Logo, com a luta mais intensa, a resistência se faz mais forte e acaba por tecer a classe camponesa latino-americana com consciência de classe.

Concebo a luta camponesa a partir da realidade vista e vivida. O campesinato brasileiro e argentino *comunero* tem bandeiras novas e resiste ao movimento de produção, acumulação e reprodução do capital há muito tempo. Entretanto a partir dos anos 2000 o conflito se exacerbou. De um lado acabou por desterritorializar uma massa camponesa significativa na América Latina, por outro acabou por auxiliar na construção de uma consciência de classe. Destaco que esta consciência é feita na luta e toma escalas muito mais elevadas do que era possível há alguns anos. Cito isto pois fóruns de debate, intelectuais e pesquisadores engajados da academia e principalmente a internet e as redes sociais fizeram com que os diversos movimentos sociais camponeses não só latinos mas do mundo todo pudessem transpassar a barreira comunicativa, seja ela temporal ou espacial. Agora há uma trama de situações, conflitos, resistências, propostas de futuro/alternativas que são conhecidas e trocadas via internet. A tomada da consciência de classe se tornou mais ampla.

## Uso comum x acumulação originária

A literatura sobre o uso comum é, apesar de não parecer, vasta. Diversos intelectuais e pensadores escreveram sobre o tema. O entendimento do Uso Comum da Terra passa por alguns autores chaves dos quais tenho Thompson (2005) como elemento central para entender o uso comum a partir do caso inglês e histórico, Tavares (2008), para compreender as comunidades camponesas faxinalenses e a dinâmica do uso comum no sul do Brasil e Campos (2011; 1991) que dá uma visão da conjuntura geral do uso comum no Brasil, dentre outros. Acrescento ainda que Zubrzycki (2002), Romano (2010, 2012) e Villegas Guzmán (2014, 2015) são essenciais para a apresentação e compreensão do uso comum da terra na Argentina.

De início enveredei por um caminho que pode parecer muito óbvio e move grandes grupos de pesquisa internacionais como a International Association for the Study of the Commons (IASC) e a própria Digital Library of Commons (DLC) com sede na Universidade de Indiana: um viés um tanto quanto culturalista, que acaba por naturalizar o uso comum da terra por parte dos seres humanos ou tratar tal prática como uma característica cultural. Arremato que as contribuições desses estudos são muito importantes, especialmente as de Ostrom (1999) que refutam a inviabilidade do uso comum em larga escala. Todavia tenho a tese de que o uso comum da terra é característica central do campesinato enquanto classe e modo de vida.

O uso comum da terra por parte do campesinato é vital para a manutenção de seus territórios e serve de resistência/fuga da sujeição de sua renda da terra para com seus antagonistas de classe. É com o uso comum da terra que a família camponesa consegue driblar o atravessador, o capitalista, o proprietário fundiário de sua terra e consegue, ao menos, vender sua mercadoria ou consumi-la sem nenhuma interferência externa. Acaba com isso fazendo, muitas vezes, uma troca mercantil, onde a família obtém a renda total sobre a mercadoria.

Resgato Chayanov (1985) que tratou em seus estudos de como a busca do camponesinato era, sempre, a manutenção da família. O famoso balanço entre trabalho e consumo (p. 38) que o autor russo construiu é um elemento que é, ainda segundo o mesmo, é qualitativo e variável no tempo e no espaço (p.140). O balanço entre estes elementos é o quanto se precisa trabalhar para suprimir o consumo familiar. Chego aqui ao ponto chave do entendimento de Chayanov e que auxilia na compreensão do uso comum da terra: não há uma busca de mais terra por parte da família camponesa, mas sim de um *optimum*, que varia ao

longo do tempo da família. Ao longo dos anos uma família camponesa – entendida como aqueles que comem da mesma panela, como já elenquei – tem variações de tamanho óbvias. Para suprir a necessidade de consumo dos membros (alimentos, roupas, educação, etc) os camponeses aptos a trabalhar o fazem a fim de sustentar os membros que não conseguem fazê-lo (idosos e crianças, por exemplo). Sendo assim, o tamanho da terra cultivada igualmente varia ao longo do tempo, uma vez que varia a quantidade de trabalho possível de ser realizado nesta.

Esta variação corrobora para que o uso comum da terra seja uma característica do campesinato tanto em seu modo de vida quanto sua cultura classista de modo geral. Além de possibilitar essa fluidez do trabalho e do cultivo, hoje ele possibilita o escape de uma sujeição ainda mais brutal da renda e por vezes do trabalho da família camponesa. Nas comunidades cordobesas a possibilidade do uso comum da terra faz com que estes camponeses possam cultivar e criar de modo autônomo, utilizando de seus saberes e vendendo posteriormente tais víveres em uma feira na cidade de Córdoba. Além disto, conseguem sustentar de maneira mais satisfatória e autônoma suas famílias e por consequência a comunidade. O mesmo se dá nas comunidades camponesas faxinalenses. A venda direta das criações possibilita uma forma de obtenção direta de renda que também mantém a família. Assim, se escapa ao sequestro de sua renda da terra por parte de seus exploradores.

O uso comum é, portanto uma resistência ao saque. É nesta prática que se consegue uma menor penosidade do trabalho, uma autonomia relativa e a construção e gestão do território de maneiras que convém ao campesinato. É uma fuga da “integração” a grandes cadeias produtivas de grande impérios alimentares, é a fuga do assalariamento, a fuga da perda de autonomia, da liberdade de poder plantar o que lhe é vantajoso do ponto de vista da manutenção familiar e não se submeter as lógicas econômicas.

Há, contudo um avanço feroz do capital sobre tais territórios. Defendo que é a tentativa de subjugar a porção do campesinato que ainda não foi sujeitada à produção de capital. É neste ponto que entra a acumulação originária de capital. Antes de entrar propriamente nesta discussão, advogo ser importante compreender o conceito em si. A tradução para o português, francês, espanhol e até mesmo inglês de O Capital trata o capítulo 24 com o seguinte título: *A assim chamada acumulação primitiva*. O próprio Marx trabalhou na tradução para o francês de sua obra e traduziu como primitiva o que, em alemão, ele havia escrito como *Ursprüngliche*, originária. Creio que essa diferenciação entre primitiva e

originária gera um diferença abissal no entendimento do conceito. Primitiva, como De Angelis (2012) também defende, acaba por remeter a um tempo histórico pretérito, como a acumulação primitiva de capitais sendo apenas uma fase inicial da formação do modo de produção capitalista. Já originário remete a origem, criação, formação de capital. E este processo não é algo findado, mas sim contínuo, permanente e indispensável. Acredito que o próprio Marx consegue esclarecer isto em sua explanação<sup>3</sup>.

Mas o que vem a ser a acumulação originária em si? Em suma, Marx versa de que é o processo de separação do trabalhador do produto de seu trabalho. Uma vez que o trabalho é livre e é transformado em mercadoria igualmente livre, o produto deste trabalho não é livre. É neste ponto que nasce o capital. O capital, que é trabalho acumulado, trabalho morto (GRESPLAN, 2011), é produzido uma vez que é separado o produto do trabalho das mãos de seu produtor. Cita Marx:

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. **A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo.** Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, e por isso tomamos esse país como exemplo, tal expropriação se apresenta em sua forma clássica. (MARX, 2014, p. 789)

O que Marx apresenta já é por si só intrigante. É na expropriação do campesinato de suas terras que nasce o processo todo da produção de capital. Diferentemente do senso comum, a acumulação originária não teve seu início com as grandes navegações e o saque das riquezas das terras recém “descobertas”, mas sim internamente nos países vanguarda do capitalismo. O processo de expropriação de terras campesinas não é findado, mas sim um processo permanente e que toma no início do século XXI folego e violência, como já citei nas realidades por mim estudadas.

O próprio processo em si foi uma luta de classes na qual se violentou as terras comuns e o campesinato, o forçando a se proletarizar nas cidades. Ou seja, como trouxe anteriormente citando Thompson, em Marx (2014, p. 790) já é evidente como as classes se forjam na luta de

<sup>3</sup> Destaco que as citações diretas que utilizo de O Capital trazem sempre o termo ‘acumulação primitiva’ e não originária. Como citei, é uma questão da tradução. Mantenho os originais da tradução brasileira mais recente (2014), contudo, no que tange o conceito em si sigo utilizando originário em detrimento de primitiva.

classes e não o contrário. O processo de roubo de terras camponesas é a forma mais consagrada de acumulação originária. O uso comum é combatido com ferro, fogo e leis. Novamente, Marx (2014, p. 795-796) discorre sobre tal processo:

Sob a restauração dos Stuarts, os proprietários fundiários instituíram legalmente uma usurpação, que em todo o continente também foi realizada sem formalidades legais. Eles aboliram o regime feudal da propriedade da terra, isto é, liberaram esta última de seus encargos estatais, “indenizaram” o Estado por meio de impostos sobre os camponeses e o restante da massa do povo, reivindicaram a moderna propriedade privada de bens, sobre os quais só possuíam títulos feudais, e, por fim, outorgaram essas leis de assentamento (*laws of settlement*), que, *mutatis mutandis*, tiveram sobre os lavradores ingleses os mesmos efeitos que o édito do tártaro Boris Godunov sobre os camponeses russos.  
 [...] os capitalistas burgueses favoreceram a operação, entre outros motivos, para transformar o solo em artigo puramente comercial, ampliar a superfície da grande exploração agrícola, aumentar a oferta de proletários absolutamente livres, provenientes do campo etc.

O processo como um todo foi contraditório e combinado. Apesar do saque gerar capital era também necessário a manutenção do campesinato. Marx cita que ele trabalha com o caso inglês. O Marxismo ortodoxo cravou que o fim do campesinato era evidente na obra deste, contudo, é com Amin e Vergopoulos (1977) que fica notável que não: Marx tinha plena consciência de que se a Inglaterra buscou findar os camponeses em suas terras, era os exportou, criando massas campesinas ao longo de seu vasto Império, especialmente na Índia. O próprio intelectual alemão deixa isso muito claro na seguinte passagem:

A descoberta de terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles–negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. Ela é inaugurada pelo levante dos Países Baixos contra a dominação espanhola, assume proporções gigantescas na guerra antijacobina inglesa e prossegue ainda hoje nas guerras do ópio contra a China etc (MARX, 2014, p. 820).

Ao longo do capítulo 24 de O Capital, Marx vai trazendo diversos exemplos de acumulação originária, destacando também os impostos e a transformação de propriedades comuns e comunais, propriedades camponesas em propriedades privadas capitalistas na acepção conceitual que conhecemos hoje. Como trata Marx (2014, p. 808) o camponês expropriado se viu obrigado a se submeter, via terrorismo estatal e judicial, ao assalariamento. Ou seja, primeiro se cria, se acumula o capital nas costas do campesinato que, agora

expropriado, é obrigado a reproduzir e ampliar tal capital para àqueles que o expropriaram. Destaco ainda que Marx (2014, p.824) crava a dívida pública como “uma das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva”. Tal alavanca é até hoje utilizada, talvez até mais amplamente, e vem a somar com meu entendimento de que a acumulação originária não foi um processo findado e inicial, mas sim um mecanismo indissociável do próprio modo de produção capitalista.

Atento ao fato de que o modo de produção capitalista é global, uma unidade, porém não uma homogeneidade. Os casos dos camponeses argentinos e sul brasileiros que resistem no uso comum não os faz membros de comunidades isoladas. Ao contrário. Seu processo só é uma resistência uma vez que estão face a face com seus antagonistas e em franco conflito. Se tenta separa-los de seu produto. Ainda que o camponês seja explorado de modo diferente em relação ao trabalhador assalariado, a tentativa de expropriar as terras camponesas é a tentativa de, no mínimo, acumular capitais sob o roubo. Destaco que do camponês se sujeita a renda e não a mais-valia. Mas, ainda sobre a acumulação originária como uma trama global, retorno a Marx que raciocina da seguinte maneira:

Com o desenvolvimento da produção capitalista durante o período manufatureiro, a opinião pública europeia perdeu o que ainda lhe restava de pudor e consciência. As nações se jactavam cinicamente de toda infâmia que constituísse um meio para a acumulação de capital. Leia-se, por exemplo, os ingênuos anais comerciais do ínclito A. Anderson. Neles é trombeteado como triunfo da sabedoria política inglesa o fato de que, na paz de Utrecht, a Inglaterra arrancara dos espanhóis, pelo Tratado de Asiento, o privilégio de explorar também entre a África e a América espanhola o tráfico de negros, que até então ela só explorava entre a África e as Índias Ocidentais inglesas. A Inglaterra obteve o direito a guarnecer a América espanhola, até 1793, com 4.800 negros por ano. Isso proporcionava, ao mesmo tempo, uma cobertura oficial para o contrabando britânico. Liverpool teve um crescimento considerável graças ao tráfico de escravos. Esse foi seu método de acumulação primitiva, e até hoje a “respeitabilidade” de Liverpool é o Píndaro do tráfico de escravos [...] em 1730, Liverpool empregava 15 navios no tráfico de escravos; em 1751, 53; em 1760, 74; em 1770, 96; e, em 1792, 132.

Enquanto introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, a indústria do algodão dava, ao mesmo tempo, impulso para a transformação da economia escravista dos Estados Unidos, antes mais ou menos patriarcal, num sistema comercial de exploração. Em geral, a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans frase* no Novo Mundo (MARX, 2014, p. 829)

Portanto, o que Marx elenca é que existe uma correlação entre formas de trabalho. O modo de produção não precisa de assalariamento única e somente para produzir capital. Ao contrário, é nas relações não capitalistas (campesinato, escravidão, etc) que se pode originalmente acumular capital. Tal fato ficou um pouco esquecido na obra do intelectual alemão e foi resgatado por Rosa Luxemburgo anos depois. O que está em jogo então é roubar

a renda e produzir capital com a mercadoria, ou na circulação ou em outro momento do processo produtivo. No uso comum da terra, o campesinato produz sobre o solo que lhe pertence, cria sob o que lhe pertence e assim produz socialmente e tem sua individualidade e sua necessidade preservada. O parcelamento da terra exclui a cooperação e acaba por ditar uma divisão territorial do trabalho. Acaba por findar a autonomia e o desenrolar livre do trabalho e da produção. O uso comum da terra acaba por permitir isso tudo. Destaco, novamente, Marx, para ter-se um entendimento melhor disto que acabo de apresentar

A propriedade privada do trabalhador sobre seus meios de produção é o fundamento da pequena empresa, e esta última é uma condição necessária para o desenvolvimento da produção social e da livre individualidade do próprio trabalhador. É verdade que esse modo de produção existe também no interior da escravidão, da servidão e de outras relações de dependência, mas ele só floresce, só libera toda a sua energia, só conquista a forma clássica adequada onde o trabalhador é livre proprietário privado de suas condições de trabalho, manejadas por ele mesmo: o camponês, da terra que cultiva; o artesão, dos instrumentos que manuseia como um virtuoso (MARX, 2014, p. 831)

Noto em Marx que o campesinato é a classe que consegue alcançar seu máximo do ponto de vista produtivo e societal, uma vez que tem ancorada em seu próprio modo de vida a produção autônoma e o domínio deste processo. É da ruína e do saque destes sujeitos – dentre outros – que o capitalismo nutre seu modo de produção. Creio que Rosa Luxemburgo consegue resumir de modo sucinto o que trabalhei com Marx ao longo deste subitem, trazendo o conceito de ruína, colonização e saque de modos de vida não-capitalistas.

Na acumulação primitiva, ou seja, nos primórdios históricos do capitalismo na Europa, em fins da Idade Média, bem como pelo século XIX adentro, a encampação do pequeno estabelecimento agrícola pelo grande constitui, na Inglaterra e no continente, o meio mais importante para a transformação maciça dos meios de produção e da força de trabalho em capital. E até hoje essa tarefa é levada em frente em escala bem maior, na política colonial, pelo capital dominante. **É pura ilusão esperar que o capitalismo se contente somente com os meios de produção que for capaz de obter pela via comercial.** A dificuldade que o capital enfrenta neste sentido reside no fato de que em grandes regiões da terra as forças produtivas se encontram sob controle de formações sociais que rejeitam o comércio, ou não podem oferecer ao capital os meios principais de produção que lhe interessam, porque suas formas de propriedade e o conjunto de suas estruturas sociais excluem de antemão tal possibilidade. Isso acontece sobretudo com o solo e com a riqueza que este contém em minerais, externamente com os pastos, bosques e reservatórios de água, ou com rebanhos de povos primitivos que se dedicam ao pastoreio. Esperar pelos resultados do processo secular de desagregação dessas regiões de economia natural, até que este resultasse na alienação, pelo comércio, dos meios principais de produção, significaria, para o capital, o mesmo que renunciar totalmente às forças de produção desses territórios. Isso explica por que o capitalismo considera de vital importância a apropriação violenta dos principais meios de produção em terras

coloniais. Como as organizações sociais primitivas dos nativos constituem os baluartes na defesa dessas sociedades, bem como as bases materiais de sua subsistência, o capital serviu-se, de preferência, do método da destruição e da aniquilação sistemáticas e planejadas dessas organizações sociais não-capitalistas, com as quais entra em choque por força da expansão por ele pretendida. **No caso já não se trata de acumulação primitiva, mas de um processo que prossegue inclusive em nossos dias.** Cada nova expansão colonial se faz acompanhar, naturalmente, de uma guerra encarniçada dessas, do capital contra as relações econômico-social dos nativos, assim como pela desapropriação violenta de seus meios de produção e pelo roubo de sua força de trabalho. (LUXEMBURGO, 1985, p. 32-33).

A separação de produtores e meios de produção é então contínuo. É um processo contínuo de cisão dos trabalhadores do meio de produção, é nada mais que o trabalho sendo distanciado de seu produto (de Angelis, 2012), que se torna então Capital, o trabalho acumulado, trabalho morto que já expliquei anteriormente citando Grespan (2011). Há uma acumulação originária em âmbito global, que ocorre com a divisão internacional norte-sul, onde o sul é pilhado pelo norte (de Angelis, 2012, p. 9). É este o processo que as comunidades camponesas por mim estudadas sofre. As pilhagens no caso argentino vem, especialmente, do agronegócio da soja, mas também das megamineradoras, ambas de capital internacional. No caso brasileiro o saque advém do agronegócio do monocultivo arbóreo, da soja e dos mega-projetos Estatais, um de capital transnacional e outro com objetivos finais voltados para a exportação. Há neste processo uma centralidade na violência e na coerção por parte do capital, centralidade essa que ganha mais força neste início de século (BRASS, 2011).

Faço um destaque. Muitos autores tem utilizado o conceito de acumulação por espoliação cunhado por Harvey. Apoio Brass (2011) ao tratar que o novo imperialismo de Harvey é antigo, que a acumulação originária é permanente e que a espoliação (*dispossession* no original inglês) nada mais é do que a cisão que gera o capital em outras roupagens. Ou seja, a coerção e a violência atual não difere da violência e coerção antiga, o imperialismo segue o mesmo. Rosa Luxemburgo já havia escrito sobre isto no início do século. Retorno a ela e não a Harvey para minhas análises e explicações. Sobre a acumulação, cito Brass (2011, p. 8)

É fácil ver como, associado como está com a expropriação forçada do camponês, a acumulação primitiva pode ser prolongada temporalmente e conceitualmente para explicar a existência de outros tipos de coerção no presente. Ou seja, quando aplicado atualmente para explicar a presença contínua em um sistema capitalista de



formas relacionais - como o trabalho forçado - que até então foram classificadas como acordos anômalos de trabalho pré-capitalista<sup>4</sup>

Afinal, qual enlace final faço da relação entre a acumulação originária e o uso comum da terra pelo campesinato? Vou a de Angelis (2012, p. 10) para minha construção. Cita o autor que o futuro, para Marx, seria um processo inverso da acumulação primitiva, ou seja, os produtores teriam livre acesso aos meios de produção. O uso comum da terra é, dentre outras coisas, o acesso direto aos meios de produção de que Marx enxergava. Uma vez que o caráter alienado do trabalho é a fonte principal do inerente conflito de classes dentro do capitalismo, o uso comum é a resistência a essa alienação. É a resistência a reificação dos seres humanos, a resistência a sujeição de sua renda. A chave do movimento anti-capitalista é a luta por autonomia e pelo acesso direto aos meios de produção, nos apresenta de Angelis (2012, p. 17). Creio que os movimentos camponeses como a AP e o MNCI já fazem tal luta e já tem em seu cerne a prática, ainda que fragmentada e por vezes incompleta, autônoma e de livre acesso aos meios de produção e vida.

### **A Luta de Classes Forja as Armas da Resistência: Considerações Finais**

O campesinato sulamericano forja sua consciência na luta. Os enfrentamentos, a barbárie no campo aumentou no início do século XXI. Com a ascensão de governos conservadores como Macri na Argentina e o governo golpista de Temer no Brasil, em um tempo extremamente curto aumentou em muito a violência contra o campesinato. Macri assume a presidência da Argentina em dezembro de 2015 e em agosto de 2016 é dado o golpe parlamentar no Brasil que coloca Temer na presidência do país. Com ambos o número de assassinatos de camponeses em ambos os países dispara assim como as grilagens, conflitos e força do agronegócio.

Considero que a modernização conservadora do campo ganha ainda mais força com tais governos. O Estado ganha um papel menos apaziguador – presente nos governos anteriores de centro-esquerda nacional desenvolvimentista – e passa totalmente a um papel de instrumento da classe capitalista e proprietária fundiária. Com isto a luta de classes acaba por ficar com muito mais atritos, confrontos diretos, materiais, com mortes e roubos de terra.

---

<sup>4</sup> No original: It is easy to see how, associated as it is with the forcible expropriation of the peasant smallholder, primitive accumulation can be extended temporally and conceptually to account for the existence of other kinds of coercion in the present. That is, when applied currently to explain the continuing presence in a global capitalist system of relational forms – such as bonded labour – that have hitherto been classified as anomalous pre-capitalist work arrangements.

Na realidade por mim analisada percebo um novo folego e incentivo a este processo de separação das pessoas de seus meios de produção. Com a crise estrutural do capitalismo mundial destruindo cada vez mais os contratos e os pactos de classe, o avanço desenfreado da aliança capitalistas-proprietários fundiários ganha poder. É com eles que o capitalismo busca aumentar a produção e a acumulação de capitais. É somente assim que se pode salvar um capital financeiro cada vez mais fictício e especulativo.

Porém, como apresentei ao longo de todo este trabalho, é na luta de classes que se tramam as classes. Uma vez que anteriormente a classe camponesa tinha talvez pouca consciência de si e estava mais fragmentada, com estes ataques cotidianos a seus territórios, seu modo de vida e a integridade de suas famílias e comunidades, esta consciência ganha força. Ganha força também suas lutas, sejam elas jurídicas, políticas ou culturais.

## Referências Bibliográficas

AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

AMIN, Samir. **Contemporary Imperialism and the Agrarian Question**. Agrarian South: Journal of Political Economy I (I) 11-26. Centre of Agrarian Research and Education of South. SAGE Publications. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington D.C. 2012..

BARBETTA, Pablo; DOMÍNGUEZ, Diego; SABATINO, Pablo **La ausencia campesina en la Argentina como producción científica y enfoque de intervención**. Revista Mundo Agrario, vol. 13, núm. 25, Universidad Nacional de La Plata, La Plata, Argentina, 2012

BARTRA, Armando V. **Os Novos Camponeses. Leituras a partir do México Profundo**. Trad. PANDOLFI, Maria Angélica. Ver. Técnica: FERNANDES, Bernardo Mançano; STÉDILE, João Pedro; ADOUE, Silvia Beatriz. São Paulo, Cultura Acadêmica; Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável. 2011.

BRASS, Tom. **Primitive Accumulation, Capitalist Development and Socialist Transition: Still Waiting for Godot?**, Journal of Contemporary Asia, 41:1, 2011

CAMPOS, Nazareno José. **Terras Comuns em Santa Catarina**. Florianópolis. FCC/EDUFSC, 1991.

CAMPOS, Nazareno José. **Terras de Uso Comum no Brasil: Abordagem histórico-socioespacial**. Florianópolis, EDUFSC, 2011.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985

DE ANGELIS, Massimo **Marx y la acumulación primitiva. El carácter continuo de los "cercamientos" capitalistas** Theomai, núm. 26, julio-diciembre, Red Internacional de Estudios sobre Sociedad, Naturaleza y Desarrollo Buenos Aires, Argentina, 2012

DOMÍNGUEZ, D. . **Recampesinización en la Argentina del siglo XXI**. *Psicoperspectivas*, 11 (1),134-157, 2012.

- ETGES, V.E. **Sujeição e Resistência – Os camponeses gaúchos e a indústria do fumo**. Dissertação de Mestrado (Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1989.
- GRESPLAN, Jorge. **As Formas da Mais-Valia**. Crítica Marxista (São Paulo), v. 33, p. 9-30, 2011
- LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARQUES, M. I. M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Presidente Prudente: Revista NERA, Ano 11, nº. 12, pp. 57-67, Jan.-jun./2008
- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política: As Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Histórico**. Petrópolis: Vozes: 1981
- MARX, Karl, ENGELS, Frederich. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 15ª Edição, 2005.
- MARX, Karl. **Karl Marx: Borradores de respuesta**. In: SHANIN, Teodor. El Marx Tardío y la Via Rusa. Marx y la periferia del capitalismo. Editorial Revolucción, Madrid, 1990.
- MARX, Karl. **O Capital, Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de Produção do Capital**. São Paulo, Boitempo, 2ª reimpressão, 2014.
- MEILLASSOUX, Claude . **The social organisation of the peasantry: The economic basis of Kinship**, The Journal of Peasant Studies, 1:1, 81-90, 1973
- MOURA, Margarida M. **Camponeses**. São Paulo. Editora Ática. 1986.
- OLESKO, Gustavo F. **Terra, território e autonomia nas comunidades faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta (Mandirituba-PR): conflitos e resistências na luta pela vida** . Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia. Curitiba, UFPR, 2013.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. 1. ed. SÃO PAULO: IÂNDE EDITORIAL, 2016.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino.. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR EDIÇÕES, 2007.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie continua**. Conflitos no Campo Brasil, v. 2015, p. 28-42, 2016.
- OSTROM, Elinor. **Design principles and threats to sustainable organizations that manage commons**. Center for the Study of Institutions, Population, and Environmental Change, Workshop in Political Theory and Policy Analysis, Indiana University, 1999.
- ROMANO, Mariana. **Acumulación por Despojo y Proyección del Patrón de Poder Colonial en las Prácticas Judiciales del Norte de Córdoba (Argentina)**. Revista Estudios Rurales. Buenos Aires, 2012
- ROMANO, Mariana. **Capitalismo y Campesinado. Conflictos Territoriales, Uso Común de la Tierra y Vulnerabilidad de Derechos**. Anais do VIII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, Porto de Galinhas, 2010
- SHANIN , Teodor.: **Class and Revolution**. Journal of Contemporary Asia, 1:2, 22-35, 1970
- SHANIN, Teodor. **La Clase Incómoda**. Alianza Editorial, Madrid. 1983.
- MINTZ, Sydney W. **A Note on the Definition of Peasantries**, The Journal of Peasant Studies, 1:1, 91-106, 1973.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do Vinho**. São Paulo, Hucitec, 1978.

TAVARES, L. A. **Campesinato e os faxinais do Paraná: terras de uso comum.** Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo, 2008.

THOMPSON, Edward P. . In: THOMPSON, Edward P. **Tradicción, Revulta y Consciência de Clase.** Barcelona, Crítica, 1979.

THOMPSON, Edward Palmer. **As Peculiaridades dos Ingleses.** In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio. **As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos.** 2ª Edição, Campinas, Editora Unicamp, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum: Estudos sobre Cultura Popular Tradicional.** São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

Villegas Guzmán, Sabrina María .**Territorios en disputa, sentidos y prácticas en torno a la lucha por la tierra en una organización campesina del norte de Córdoba.** - 1a ed. - Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2014

Villegas Guzmán, Sabrina María. **“Sin Tierra No Somos” Luchas Campesinas, Estado y Derecho En el Norte de la Provincia de Córdoba [Volumen único] Tesis para optar por el título de Doctor en Derecho y Ciencias Sociales.** Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2015.

WAHREN, Juan, GUERREIRO, Luciana García,. **Campesinado, TERRITORIOS en Disputa y Nuevas Estrategias de Comercialización de la Producción Campesina en Argentina** .Revista Veredes nº 28, UAM-Xochimilco, 2014.

ZUBRZYCKI, Bernarda. **Campos comuneros en el valle de Hualfín (Catamarca). Antecedentes, problemática y situación actual** Andes, núm. 13, Universidad Nacional de Salta Argentina 2002.